

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8099 | Salvador, quinta-feira, 18.02.2021

Presidente Augusto Vasconcelos

**Governo quer
privatizar o
banco digital**

Página 2

**Precarização
do trabalho
está em alta**

Página 4



BANCOS

Bonança financeira

Em meio à crise por conta da pandemia de Covid-19, os bancos em atividade no Brasil vivem bonança financeira. A soma

dos lucros do Itaú, Bradesco, Santander e BB foi de expressivos R\$ 65,727 bilhões em 2020. Nada abala os cofres. Página 3

Privatizar o banco digital é um golpe

Governo quer abrir o capital da nova subsidiária nos EUA

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

MESMO diante de uma das mais graves crises econômicas, sociais e sanitárias da história, a Caixa, pelo empenho dos empregados, atuou de forma primordial para amenizar os efeitos da pandemia do coronavírus. Ainda assim, o governo Bolsonaro quer colocar o banco digital da instituição à venda para favorecer o mercado financeiro.

O banco digital será criado através do aplicativo Caixa Tem, utilizado para distribuir o auxílio emergencial. Porém, o objetivo da direção da empresa é abrir o capital da nova subsidiária nos Estados Unidos, na

Nasdaq, o que representa um golpe de morte na Caixa pública e social.

Com a venda do banco digital, os dados de três milhões de beneficiários do programa Casa Verde e Amarela (substituto do Minha Casa, Minha Vida) e de outras 19 milhões de famílias do Bolsa Família estarão disponíveis para quem meter a mão na subsidiária. Toda a experiência e eficiência de inovação pública, que poderia ser utilizada para fortalecer a empresa, melhorar a segurança das operações e impulsionar o papel como instituição pública, será colocada à disposição do mercado.

A Caixa é 100% pública e possui caráter social. Com a pandemia, atendeu mais de 100 milhões de cidadãos brasileiros por meio do pagamento do auxílio emergencial, além de dar continuidade a diversos programas sociais, mesmo com a crise.



TEMAS & DEBATES

A violência e a morte impulsionadas pelo governo Bolsonaro

Álvaro Gomes*

O governo federal tem implementado uma política para impulsionar a violência e a morte. Enfrentamos a pandemia de Covid-19, a maior dos últimos 100 anos. O Brasil, segundo pesquisa do *Think Tank Lowy Institute*, da Austrália, divulgada pelo BBC Brasil do dia 30/01/21, teve o pior desempenho entre os 98 países pesquisados. Como se não bastasse, o presidente Bolsonaro, em 13/02/21, assinou mais quatro decretos para facilitação do uso de armas de fogo.

Os decretos têm como objetivo aumentar a quantidade de armas de fogo em circulação e diminuir o controle do uso desses armamentos. Aumenta de quatro para seis o número de armas que o cidadão comum pode adquirir, permite expressamente o porte simultâneo de duas armas, facilita aos colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) a aquisição de mais armamentos e aumenta também a quantidade de munição que esse segmento pode comprar.

Como resultado desta política de fomento da violência e da morte, no dia 15/02/21 o Brasil já acumula 239.294 perdas humanas pela Covid-19 e 9.834.513 infectados, dados do *worldmeters.info*, e o número de assassinatos em 2020 foi de 43.892. Um aumento de 5,2% com relação ao ano de 2019, quando houve 41.730 homicídios. São milhares de perdas humanas que poderiam ser evitadas.

Ao facilitar o uso de armas de fogo, na realidade, o governo federal conscientemente e estrategicamente contribui para armar as milícias e o crime organizado. O objetivo é golpear a democracia e ferir os direitos humanos através das armas. A população é a principal vítima dessa política que atinge principalmente os jovens, negros e pobres.

Com relação à Covid-19, o governo federal tem dificultado todas as ações que visam salvar vidas, estimula aglomerações, questiona o porquê de tanta pressa pela vacina, dificulta pesquisas científicas com objetivo de imunizar a população, coloca obstáculos para liberação de verbas para os estados. Segundo o jornal Estado de São Paulo do dia 14/02/2021, o governo federal só usou 9% da verba para adquirir vacinas. Dos R\$ 24,5 bilhões, só usou R\$ 2,2 bilhões.

De um lado o Brasil enfrenta milhares de mortes pela Covid-19, de outro o aumento e o estímulo da violência através de armas de fogo. Um verdadeiro genocídio que não pode ficar impune.

*Álvaro Gomes é diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e presidente do IAPAZ
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres



Agência é vetor de contágio

Alta expressiva de mortes por Covid na Caixa

SEM ação do governo Bolsonaro para conter a pandemia, o número de casos e mortes causadas pela Covid-19 crescem de forma disparada no país, inclusive entre os empregados da Caixa, grandes responsáveis pelo pagamento do auxílio emergencial e outros benefícios.

Os casos confirmados entre os trabalhadores do banco público chegaram a 7,9 mil. Uma contaminação de 9,7% do total, de

acordo com dados coletados pelo movimento sindical. Ao todo, 27 empregados da Caixa morreram vítimas do coronavírus, sendo que oito somente em janeiro deste ano.

Os números alarmantes só reforçam o que as entidades representativas reivindicam: reforço dos protocolos nas agências e departamentos da Caixa, ampliação do teletrabalho, fim da cobrança por metas abusivas e prioridade na vacinação.

Lucro de R\$ 66 bi na pandemia

Cifras mostram que a crise não afeta sistema financeiro

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

NA TENTATIVA de iludir a sociedade e mostrar que houve queda da lucratividade no ano passado em decorrência da pandemia, os bancos maquiaram o resultado através da criação das reservas para prevenir a inadimplência no crédito ofertado. Itaú, Bradesco, Santander e BB apresentaram lucro de R\$ 65,727 bilhões em 2020. Apesar de exorbitante, as empresas sinalizam redução de 24,14% em relação ao ano anterior.

Porém, o que os quatro maiores bancos não divulgaram é que só não lucraram ainda mais por conta do aumento de 51,95% ou R\$ 90,630 bilhões das PDDs (Provisões para Devedores Duvidosos) no comparativo com 2019. Não houve o menor prejuízo para o sistema finan-

ceiro. Na verdade, as empresas tiveram redução dos custos no período, demitindo bancários e fechando agências, enquanto os cofres seguem cheios.

O lucro líquido do Itaú foi de R\$ 18,91 bilhões em 2020. O maior banco privado do Brasil tinha, no final do quarto trimestre do ano passado, 83.919 empregados e desligou mais de 600 bancário. No Bradesco, foram encerradas as atividades de 1.083 agências físicas e a empresa conta com 3.395 unidades, além de ter demitido 7.754 trabalhadores.

O BB, que possuía 91.673 funcionários no final de 2020, com a redução de 1.517 postos de trabalho em 12 meses, ainda fe-

chou 178 postos de atendimento bancário. O Santander lucrou quase R\$ 14 bilhões, mas encerrou o ano com 44.599 bancários, 3.220 postos de trabalho a menos em 12 meses. Além disso, a empresa espanhola promoveu o fechamento de 175 agências no país. Ganância pura.



No Itaú, acordo de compensação de horas negativas

APÓS reivindicação, a COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Itaú conquistou o acordo do modelo de compensação do banco de horas negativas. A proposta será avaliada pelos funcionários em assembleia. Os bancários terão um período de 18 meses para compensar as horas, a partir de março, com limite de duas horas por dia.

Na reunião, que aconteceu na sexta-feira, foi determinada que a revisão do acordo será feita a cada três meses, com a possibilidade de ser prorrogado por mais seis meses. Já para os funcionários que estão em licença maternidade ou afastados por acidente de trabalho, o Itaú se comprometeu que cada situação será avaliada. Em caso de demissão, as horas não serão descontadas.

A Comissão também questionou sobre as denúncias das mais de 200 demissões em 2021 relacionadas ao novo modelo de agência. Mas, o Itaú negou que existe alguma ligação e não quis atender reivindicação da COE para suspender os desligamentos. Nova reunião deve ser agendada para tratar do tema e sobre as negociações do PCR (Programa Complementar de Resultados).



Itaú altera protocolo contra a Covid-19 e aumenta os riscos de contaminação nas agências bancárias

Banco expõe trabalhadores à contaminação pela Covid-19

O ITAÚ modificou unilateralmente o protocolo de enfrentamento à pandemia do coronavírus. A ação da empresa aumenta ainda mais a exposição dos trabalhadores e clientes ao risco de contaminação, no momento em que os números de casos crescem cada vez mais.

Com o novo protocolo do Itaú, o tempo de higienização das agências diminuiu de três dias para apenas 30 minutos. O afasta-

mento dos funcionários das unidades onde ocorreram casos de contágio também foi alterado. Agora só será feito para aqueles que tenham permanecido por mais de 15 minutos a menos de 1,5 m do colega infectado.

Para piorar a situação, a empresa pretende formular uma política sanitária própria. Ou seja, o Itaú demonstra não estar preocupado com a saúde dos bancários e clientes, apenas com os resultados e o lucro.

Trabalho sem direitos, uma triste realidade

A modalidade foi imposta desde a reforma trabalhista

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

TER UM trabalho decente, com salário justo e direitos respeitados, é algo longe da realidade de milhões de brasileiros. Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), foram abertos

mais de 142 mil empregos com carteira assinada em 2020, mas 73,1 mil dos contratos firmados foram na modalidade de trabalho intermitente.

O trabalho intermitente é uma herança deixada pelo ex-presidente Michel Temer. O governo criou a modalidade de contrato que não prevê jornadas e salários fixos em 2017, quando instituiu a reforma trabalhista. Na prática, o trabalhador é contratado para ficar à disposição da empresa. No final



do mês, recebe o equivalente pelas horas trabalhadas.

Verdadeira legalização de práticas até então consideradas “fraudulentas”. O trabalho intermitente é um vínculo muito mais precário. Triste realidade

que consiste na falta de previsibilidade sobre a remuneração final, pois caso as horas trabalhadas não alcancem o correspondente a um salário mínimo, o tempo trabalhado não será computado para o cálculo da aposentadoria.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

DAR EXEMPLO Atitudes como a de Bolsonaro, de querer acabar com a imprensa, e do ministro Luís Barroso, do STF, de minimizar os crimes da Lava Jato, produzem aberrações como o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), preso pela PF por reincidentes ataques à ordem constitucional. Enquadrar o parlamentar na lei é fundamental para conter o neofascismo negacionista.

PELA DEMOCRACIA O Judiciário está na encruzilhada. Se não houver punição exemplar aos procuradores do “clube” de Curitiba, pelos crimes imperdoáveis cometidos na Lava Jato, será um incentivo ao arbítrio, ao autoritarismo, debilitando ainda mais a democracia. É imprescindível neutralizar as forças neofascistas incrustadas no Estado, principalmente no sistema de justiça.

É INDELÉVEL Dois fatos que reafirmam o vergonhoso passado colonial e escravagista nunca superado pelas elites nativas. O presidente da República propõe acabar com a imprensa tradicional, enquanto o presidente do TSE e ministro do STF classifica como meros “excessos” os crimes da Lava Jato. Bolsonaro e Barroso servem ao mesmo senhor. Democratas “de araque”.

NÃO COLOU O jornalista Reinaldo Azevedo não perdoou o cinismo de Edson Fachin, por só agora, “três anos depois”, considerar “inaceitável e intolerável” a revelação, em livro, do general Villas Bôas, de que o Exército atuou pela prisão de Lula. Lembra que o ministro, em 2018, votou no STF favorável à manutenção do ex-presidente na cadeia, após pressão dos militares. Real.

NA HISTÓRIA Só há uma diferença entre o lavajatismo que Barroso, Fachin e Fux tanto defendem no STF e a estupidez bolsonarista: Bolsonaro está no poder, tem a caneta, enquanto Moro, Dallagnol e o “clube” de Curitiba estão em desgraça, desmoralizados internacionalmente. Mas, têm a mesma origem. A Lava Jato pariu o neofascismo. A história está aí, registrando tudo.



No ano passado, o auxílio emergencial favoreceu 67 milhões de brasileiros

Governo quer auxílio apenas para 40 milhões de brasileiros

O GOVERNO Bolsonaro insiste em liberar o auxílio emergencial para uma quantidade menor de beneficiários, mesmo sem sinal do fim da pandemia e perspectiva de geração de emprego e renda. A política de austeridade predomina. O benefício deve ser pago a apenas 40 milhões de pessoas.

A quantidade equivale a 75% dos brasileiros que receberam o auxílio no ano passado, quando

chegou à marca de 67 milhões de pessoas beneficiadas. Para piorar, a ideia do governo é também acabar o pagamento em dobro para as mães chefes de família. Neste caso, o valor pago era R\$ 1.200,00 e depois do corte feito após quatro meses passou para R\$ 600,00. Ainda insiste em um auxílio entre R\$ 200,00 e R\$ 250,00 por beneficiário durante três ou quatro meses.